

A POSSÍBILIDADE DE EDUCAR PARA A EMANCIPAÇÃO MORAL E INTELECTUAL APÓS O FLORESCIMENTO DA BANALIZAÇÃO DO MAL NA SOCIEDADE BUROCRÁTICA MODERNA

Geovanna Arrais Lopes*

RESUMO: O presente artigo buscou levantar a discussão sobre os conceitos dos autores Hannah Arendt, Immanuel Kant e Theodor W Adorno, a fim de debater sobre as razões que levaram a humanidade, ao invés de entrar em um estado verdadeiramente humano, a afundar em uma nova espécie de barbárie, se destruindo enquanto pensamento, forçando-o a paralisar enquanto perde seu caráter superador. Adorno despreza em caráter real a fragmentação da sociedade que como parte de um todo vêm se desfazendo e resta apenas pequenos traços de uma vida deformada que sucumbe frente à banalização do mal no cotidiano que ainda assombra as pessoas, mesmo que a experiência desumana e trágica da 2ª Guerra Mundial tenha passado a sociedade continua a valorizar a barbárie cometendo terríveis atrocidades, o que aponta para a perda da memória histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Adorno. Segunda Guerra Mundial. Hannah Arendt. Banalização do Mal.

1 INTRODUÇÃO

O estudo em questão visa analisar, levando em conta as temáticas abordadas nas aulas no decorrer do semestre, os textos de Theodor W. Adorno, que constam na obra *Educação e Emancipação*. A proposta parte do interesse pela abordagem voltada para a importância de promover uma discussão sobre a educação capaz de conscientizar acerca dos riscos que, a supervalorização da disciplina, da obediência, da autoridade e da burocratização das relações sociais, implicam na formação de crianças e jovens do período da ocupação nazista na Europa.

Hannah Arendt também se mostra uma teórica de fundamental relevância neste contexto, pois seu conceito de banalização do mal amplamente discutido na obra *Eichmann em Jerusalém* auxilia na compreensão dos efeitos negativos

* Mestranda do programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás.

da naturalização dos processos burocráticos aplicados à vida moderna, por meio dos quais o mal se enraíza na sociedade na forma de cumprimento de normas e deveres típicos da busca pela eficácia como maior objetivo a ser atingido pela mentalidade técnica presente na modernidade. A fim de precaver a sociedade dos estigmas relacionados a este período histórico em que prevaleceu um ensino promotor da barbárie da qual os inimigos do regime foram as maiores vítimas - e a atualidade não se vê completamente imune a isto - é que se faz necessário entender como os europeus com todo o progresso técnico-científico conquistado até o século XX ainda assim se mostraram capazes de pactuar com tamanha desumanidade no contexto da Segunda Guerra Mundial.

O que explica a barbárie em tempos de conquistas científicas, políticas, educacionais e jurídicas em termos de preservação e respeito aos direitos humanos? Seria a educação burocrática e excessivamente técnica embasada na eficácia, em detrimento da autonomia de pensamento, a grande responsável pelo estímulo à violência, contra a promoção de uma vida coletiva que possa se mostrar sensível aos princípios éticos, para além da mera observação dos meios que conduzem à formação de especialistas preocupados exclusivamente com competências específicas que excluem o aspecto humanista da escolarização? A geração que vivenciou os horrores da guerra e a expansão de ditaduras e de governos totalitaristas aprendeu com seus próprios erros a olhar para a educação como a base da vida em sociedade?

O que a geração de hoje pode aprender com isso, visto que atualmente vem ocorrendo um retrocesso no que diz respeito à disseminação de discursos radicais defensores de ideias militaristas ou voltados para a segregação racial, intolerância religiosa, preconceito de gênero, entre outras manifestações de comportamentos que reafirmam a dificuldade que o século XXI ainda revela quanto à capacidade de sentir empatia pelas culturas que não se encaixam nos moldes firmados, seja pelos europeus ou norte-americanos? Poderia de fato ser a educação a ferramenta contra a violência lançada sobre aqueles que por algum motivo destoam dos padrões estabelecidos culturalmente por determinados grupos sociais?

A pesquisa a ser desenvolvida irá partir da construção de argumentos que busquem oferecer suporte para responder aos questionamentos acima

arrolados, no intuito de promover maior compreensão do fenômeno educacional, a partir das ideias de emancipação do pensamento contra a barbárie, esclarecimento para além da simples formação técnica e da importância de educar com base na herança histórica deixada pela experiência de Auschwitz, para que determinados padrões de pensamento não se repitam a ponto de confundir progresso com extermínio ou segregação de indivíduos que representam uma ameaça a ele.

A principal tese a ser defendida neste texto vai ao encontro da noção de educação promotora da possibilidade de conciliar avanço social com a conscientização de que crianças e jovens devem aprender a se responsabilizar pelo mundo no sentido de cuidarem para que o convívio com a diversidade, em sentido amplo, não se mostre fadado ao fracasso, como é possível observar ainda hoje, mesmo após os desumanos episódios registrados pela História e com os quais a humanidade definitivamente precisa aprender algo mais, que o simples aperfeiçoamento tecnológico não é capaz de ensinar.

2 BUROCRACIA MODERNA E BANALIZAÇÃO DO MAL

Definitivamente o mundo não está isento de mergulhar na banalização do mal nos moldes discutidos por Hannah Arendt. A burocracia moderna analisada por Max Weber tomou proporções ainda mais avassaladoras do que na metade do século passado. A exigência da eficácia e a racionalização da vida tomaram na atualidade proporções assombrosas. A competência, a agilidade e a competição no meio laboral estão acima de qualquer consideração ética. O colaborador não competitivo que melhor alcançar a meta imposta por seus supervisores é promovido e invejado independente dos meios utilizados para a realização da finalidade almejada. Um profissional ético, mas sem grandes ambições, solidário com seus pares, demasiado humano, não possui a menor chance de durar na arena da modernidade em que as pessoas são levadas a verem umas às outras como concorrentes na direção da conquista de uma vida bem sucedida onde não há espaço para os fracos ou para qualquer traço de inferioridade.

Por isso é fundamental e urgente pensar uma educação não apenas técnica, burocrática, mas acima de tudo moral, pautada na formação de alunos

responsáveis, críticos, participativos e conscientes da importância da alteridade. A escola emancipadora nutre verdadeiros espíritos livres, sem aprisionamento às padronizações impostas por regimes políticos autoritários ou falsas democracias que alienam seus cidadãos. É preciso educar para a autenticidade, audácia, questionamento, crítica, de modo a combater a obediência cega aos meios de produção ou aos comandos dos líderes da política seja ela qual for. A educação deve valorizar a vida ativa e a moral, de modo a permitir que as pessoas conheçam a verdadeira política. Os riscos da adoção de medidas extremistas, que desconsideram o valor de ver o outro como parte da humanidade da qual cada um de nós faz parte, se mostram cada vez mais presentes no cenário político atual e a educação deve de algum modo abrir os olhos das pessoas em relação a isso. Só assim a banalização do mal e os tempos sombrios poderão ceder espaço para a formação de seres que não se deixam seduzir pela racionalização do desejo de eliminar os que não parecem se encaixar na meta moderna do extermínio do que parece ser imperfeito, ineficiente e incapaz.

O conceito de Banalidade do Mal estudado por Hannah Arendt em sua obra *Eichmann em Jerusalém* (2016) desvenda de uma forma genial e ousada o julgamento de Eichmann, alemão responsável pela deportação dos judeus, tendo como função colocar o maior número de judeus nos vagões para que fossem levados aos campos de concentrações a fim de serem exterminados.

O livro surge da necessidade de procurar entender a situação em que Eichmann se encontrava, já que integrava o partido nazista comandado por Hitler e tinha o dever de obedecer às suas ordens sem questionamentos. Porém, esse “dever” era composto de ameaças físicas tanto para ele quanto para sua família, interpreta-se que não se sujeitava apenas a honrar a pátria, nesse aspecto ele era igualado aos judeus que se não cumprissem seu dever teria sua vida entregue às mãos de Hitler, fazendo com ele o mesmo que faria com qualquer inimigo.

Em seu julgamento, Eichmann não teve como fugir de sua condenação, a sentença de morte, mesmo tendo que agir sob uma lógica mais que demasiadamente humana, empenhando-se pelo que ele acreditava ser o seu

dever, cumprindo ordens de seus superiores e apostando em sua excelência profissional.

Para Hannah Arendt (2016, p. 33):

A atitude de Eichmann era diferente. Em primeiro lugar, a acusação de assassinato estava errada: “Com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu — nunca matei um ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu fosse um não-judeu; simplesmente não fiz isso”, ou, conforme confirmaria depois: “Acontece [...] que nenhuma vez eu fiz isso” — pois não deixou nenhuma dúvida de que teria matado o próprio pai se houvesse recebido ordem nesse sentido.

Ao lançar o olhar sobre a análise de Arendt (2016), observa-se que ela não menosprezava o horror que foi o Holocausto, pelo contrário, passou a ter ainda mais vontade de mostrar que esse tipo de experiência ainda poderia acontecer na atualidade mesmo diante de uma sociedade considerada racional e civilizada. O processo civilizador sempre representou a necessidade de massacrar toda cultura que é sinônimo de atraso e selvageria em nome da imposição dos valores do mundo ocidental racional e civilizado. Esta também é a lógica nazista decidida a exterminar os inimigos vistos como empecilho para a harmonia social simbolizada pela raça ariana superior e próspera. Mesmo a ciência evoluiu à custa da morte de inúmeras pessoas e animais utilizados como cobaias em experimentos em nome da possibilidade de oferecer à humanidade vida longa e saudável.

Segundo a autora (2016) o conceito de banalidade do mal está ligado à obediência cega de alguém que não possui individualidade, pensamento crítico, que não reflete sobre as consequências de suas ações, tem a ver com o dever no sentido do não questionamento e da falta de cálculo em relação às consequências de uma ação. Pessoas que acreditam que o processo civilizador social depende da obediência total ao comando de outrem correm o sério risco de participar das maiores atrocidades possíveis cometidas contra a humanidade devido à perda da capacidade de questionar tal ordem. Este raciocínio mostra que o Holocausto não foi uma experiência decorrente de mentes doentias, desequilibradas, pelo contrário, teve toda a organização possível para que pudesse ser consumado com eficácia, como tudo aquilo típico da modernidade.

3 EDUCAÇÃO COMO EMANCIPAÇÃO

Adorno (2000) apresenta o conceito da perda da memória em um pós-Guerra no qual a Alemanha saiu perdendo em vários sentidos: o povo mutilado, milhares de mortes e um país desestruturado por conta da guerra. Buscando respostas aos questionamentos óbvios nos quais, sem o povo as tragédias provocadas durante esse período não teriam acontecido, chega-se à conclusão de que a sociedade alemã emerge em um momento de culpa e frustração, enfraquecida não somente por ter perdido a guerra, mas pelas mortes e destruição que isso provocou. Hitler não comandou toda a barbárie sozinho, contudo, nada justifica a desumanização de um povo em detrimento da supremacia de outro, surge então o mal-estar que se caracterizou pela sede de vingança de um povo ferido em seu orgulho nacionalista que levou a tantas atrocidades e ao reconhecimento de uma sociedade que não estava preparada para enfrentar seu preconceito e crueldade.

[..] a ideologia dominante hoje em dia define que, quanto mais as pessoas estiverem submetidas a contextos objetivos em relação aos quais são impotentes, tanto mais elas tornarão subjetivas essa impotência [...]. Na estranheza do povo em relação a democracia se reflete a alienação da sociedade em si mesma. (ADORNO, 2000, p. 36)

O autor reitera que existe um processo real na sociedade capitalista que aliena o homem nas suas condições de vida, o que resulta a crise na educação. A forma como a sociedade está envolvida com o capitalismo e seus avanços se sobrepõe à sua cultura, à moral e à burocratização. A escola se transformou em um mecanismo a serviço da indústria cultural, instituição pedagógica a mercê da valorização industrial, o mesmo mecanismo de funcionamento de uma empresa, em que quanto mais alunos maior lucro, ocasionando assim, a perda de seus valores, anulando o desenvolvimento da autorreflexão e do pensamento autônomo, o que pode gerar a deformação da consciência humana, pois tudo é racionalizado, burocratizado e os mecanismos digitais anulam a capacidade de pensamento.

A construção de um pensamento homogêneo, no qual o fascismo fincou suas raízes, difundido por meio da propaganda ideológica, leva a repensar como

os meios de comunicação são utilizados e como isto pode interferir na formação de crianças e jovens.

Entendo barbárie como algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização - e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem formadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade. (ADORNO, 2000, p. 155).

O que explica a barbárie? Seria a falta de educação ou a falta de construção de ideias e opiniões que assegurariam a dissolução da violência? A sociedade busca um culpado para tudo aquilo que envolva a ignorância, o preconceito e a criminalidade desenfreada. A geração que vivenciou os horrores da guerra e a expansão de ditaduras e de governos totalitaristas aprendeu com seus próprios erros a olhar para a educação como a base da vida em sociedade? Contudo, o que a geração de hoje pode aprender com isso? A educação é a ferramenta contra a violência, a escola trabalha na lacuna deixada pelo passado com a esperança de um futuro onde todas as atrocidades fiquem apenas nos livros de História.

Mas a barbárie, a terrível sombra sobre nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural. [...] A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades. E para isso ela precisa liberta-se dos tabus, sob cuja pressão se reproduz a barbárie. (ADORNO, 2000, p. 117)

O pensamento crítico nesse processo civilizatório é indispensável para quem olha para o passado e busca não apenas respostas, mas levanta perguntas sobre o que falta no homem para que haja de fato humanidade.

No caso da emancipação, o indivíduo em sua vida privada é determinado por regras, mas em sociedade enquanto cidadão é livre para fazer uso de sua razão e estender sua crítica a tudo que for do interesse geral. A autonomia racional do sujeito é condição de possibilidade para que se estabeleça a moralidade. A emancipação racional do sujeito dentro de uma coletividade é condição de possibilidade de uma comunidade emancipada. O critério da racionalidade, portanto, deve estar presente tanto no indivíduo (moral) como na sociedade (política). (AMBROSINI, 2012, p. 380)

De acordo com Adorno (2000, p. 121) “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica.” Sob esse ponto de vista o autor discorre sobre as transformações da educação após Auschwitz. Se para Hannah Arendt a crise era algo real e atual, para Adorno suas consequências afetaram a forma como o homem se vê em sociedade. A educação contra a barbárie é necessária em um mundo onde a violência é legitimada por uma sociedade movida ao ódio dirigido às minorias.

[...]. Existem dois elementos presentes na prática educativa: adaptação e resistência. Preparar a pessoa para se orientar no mundo e ao mesmo tempo não deixar que o mundo a desorienta, ou seja, manter a individualidade dentro da sociedade. [...] a dimensão da resistência é muito mais importante, pois o sujeito já nasce praticamente adaptado no mundo, que ideologicamente domina o sujeito individual, sem que a escola seja necessária para a adaptação desse sujeito na sociedade, então a educação deve conduzir para resistir às formas de assujeitamento. Para isso, a educação para a emancipação pressupõe um conceito de inteligência mais amplo do que o saber formal e científico. Ela pressupõe uma inteligência concreta que entende o pensar e a realidade num processo dialético. A educação deve preparar o ser humano para o confronto com a experiência real e não para a experiência alienada de mundo. O indivíduo estaria alienado, sobretudo pela técnica, e não saberia mais orientar-se na realidade concreta, somente na realidade cultural e social que não é produzida por ele. (AMBROSINI, 2001, p. 386).

Os resultados da crise na prática demonstram o quanto a educação é um meio importante para a formação do indivíduo como cidadão, responsável por suas ações no mundo. O conceito de responsabilidade pelo mundo dialoga com o conceito de educação que o autor propõe mostrando que ela interfere no modo como o homem constrói suas reações no mundo, a criança é um produto da sociedade e é função da escola como instituição educar, ensinar e emancipar o pensamento e as ações do indivíduo.

[...] pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais [...] a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação. [...] Todas as iniciativas da chamada reforma educacional realista, por exemplo de Montessori, no fundo eram hostis em relação à imaginação. Elas conduzem a uma aridez e até mesmo um emburrecimento a que precisamos nos opor. (ADORNO, 2000, p. 151)

A educação não é produto apenas da escola, família e sociedade estão envolvidas nesse processo de educar a criança para que ela possa desenvolver-se intelectualmente, psicologicamente e fisicamente. As teorias pedagógicas do século passado interferiram no modo como esses núcleos educacionais viram a criança e a educação, resultando em uma escola que não ensina com qualidade porque não possui profissionais preparados para isso. Caberia apenas ao aluno a tarefa de aprender se o próprio professor não é capacitado para ensinar?

Adorno (2000) defende uma formação docente que contemple as necessidades culturais do professor para que consiga ensinar o aluno com responsabilidade sobre os conteúdos tratados. A formação é importante no processo de se ver como professor e como ensinar de maneira satisfatória. É preciso repensar a função da educação e do como fazer. A educação será emancipatória quando professores e alunos conseguirem dialogar sobre a sociedade com criticidade, sobretudo buscando um olhar reflexivo sobre suas ações como ser que possui humanidade e é capaz de usá-la socialmente e não como forma de barbárie.

Adorno afirma que o ensino deve servir como arma de resistência à indústria cultural, para que se consiga adquirir a formação da consciência crítica, baseada na dignidade e no respeito às diferenças, para que se viva democraticamente uma realidade promissora livre da massificação e do domínio ideológico.

4 ADORNO E A MÍNIMA MORALIA

No livro *Mínima Moralía*, Adorno reafirma uma preocupação antiga ao questionar o porquê de uma sociedade, ao invés de entrar em um processo de humanização está progredindo para uma nova concepção de barbárie, como se anos de avanços científicos resultassem na autodestruição do conhecimento, uma vez que o indivíduo perde a capacidade intelectual para dar espaço ao conformismo de ideias, atos e a universalidade de conceitos.

A sociedade mesmo vivendo em um mundo contemporâneo ainda se mostra submetida ao estado de pós guerra, à impotência de pensamento, às lamentações, ao enfraquecimento do discurso, como se estivesse exilada, metaforicamente falando, mergulhada no mundo capitalista vivendo como parasita, sem reações.

A consciência intelectual em que elas se concentram tem um momento social, tal como o superego moral. Constitui-se ele numa representação da sociedade justa e dos seus cidadãos. Se tal representação alguma vez esmorecer - e quem poderia entregar-se a ela com uma confiança cega? -, o impulso intelectual para baixo perde a sua inibição e vem à luz toda a imundície que a cultura bárbara depositara no indivíduo: a semi-formação, a indolência, a credulidade grosseira, a brutalidade. Na maioria dos casos, racionaliza-se também ainda como humanidade, como a vontade de buscar a compreensão dos outros homens, como responsabilidade cheia de experiência do mundo. (ADORNO, 1951, p.18)

O autor utiliza o campo da filosofia e da psicanálise para compreender o nível em que se encontra o homem, imerso em um estado de objeto, de coisificação, atraído pelo fetichismo das mercadorias. A chamada classe burguesa caminha para o declínio de ideias, a dissoluções e reversões do conhecimento. Tanta alienação se mostra capaz de negar ou renunciar o próprio sujeito.

Os processos de massificação instaurados pelos Estados Unidos acarretam uma série de consequências negativas e devastadoras, a perda da autonomia, a subordinação social, a ativação dos mecanismos de padronização, e a pseudoindividualização. A passagem do âmbito subjetivo para a objetividade, e vários outros fatores, só afirmam a promoção do indivíduo à sua condição de liquidação.

É possível afirmar que o homem contemporâneo se encontra imerso em incertezas, dúvidas e medos em sua vida danificada o que leva à percepção da perda da autoridade em várias esferas.

O processor civilizador sempre representou a necessidade de massacrar toda cultura que é sinônimo de atraso e selvageria, em nome da imposição dos valores do mundo ocidental racional e civilizado. A perda do pensamento crítico impede as pessoas de pensarem sozinhas e diferente uma das outras, retirando a individualidade e colocando-as apenas para obedecer e agir em conformidade com o que lhes é imposto.

Entrar em um sistema autoritário que comanda os indivíduos em nome de um sistema maior que suprime qualquer possibilidade de existir individualmente, torna as pessoas medíocres psicologicamente por serem apenas o reflexo da ordem estabelecida. Somente a autonomia no âmbito do pensar permite

conquistar uma educação que se relaciona às virtudes humanas, comprometida com o respeito e com a prática dos valores morais.

O princípio da dominação humana, que evoluiu para um princípio absoluto, virou assim a sua ponta contra o homem enquanto objecto absoluto, e a psicologia colaborou nisso aafiando tal ponta. O eu, a sua ideia directriz e o seu objecto apriórico, converteu-se sempre, sob o seu olhar, em algo ao mesmo tempo não existente. Enquanto a psicologia se pôde apoiar no facto de que o sujeito na sociedade de troca não é sujeito algum, mas sim, na realidade, seu objecto, conseguiu proporcionar a esta as armas para fazer deste um objecto e manter a sua submissão. O fraccionamento do homem nas suas capacidades é uma projecção da divisão do trabalho nos seus pretensos sujeitos, inseparável do interesse em fornecer-lhes a máxima utilidade, para os poder manipular. (ADORNO, 1951, p. 54)

É nítido compreender que o indivíduo passa por um momento histórico que representa a passividade de pensamento, a negatização da educação moral e o rompimento entre igualdade, solidariedade, justiça e tolerância.

A vida verdadeiramente humana requer ir além da moradia, da alimentação, é justamente a ação política consciente, a participação de todos para a transformação da sociedade, tendo necessidades artificiais, que estão ligadas às leis, a política, à moral e outras instâncias. A existência social legítima permite que os indivíduos cultivem a autonomia reflexiva e sejam parte integrante de um sistema de contínuo debate e participação, não simplesmente a mera obediência cega prestada a um determinado regime que restringe liberdades.

As ideologias dominantes fazem prevalecer valores em nome de um bem comum. A sociedade padronizada acaba sendo sinônimo de ameaça, pois o pensamento igualitário luta por um objetivo comum, sempre com uma liderança exercendo o poder e os demais sendo comandados, andando em bando e recebendo adestramento suficiente para serem manipulados. Para quem goza de autoridade, quanto mais poder detém mais a força é desencadeada, atingindo o exercício da manipulação contínua em um mundo profundamente perturbado.

Adorno traz ao debate, partindo de experiências pessoais do exílio nos Estados Unidos, a vivência como imigrante em um país que não é seu, tendo que se submeter à condição de isolamento e impotência de um intelectual submetido a viver segundo as regras de uma terra estrangeira. Utiliza-se do campo da subjetividade para interpretar assuntos de profunda importância, a fim

de entender essa decaída da humanidade em desumanidade, tendo como pilar a barbárie em seu mais alto grau de horror.

5 A MORAL KANTIANA: AUTONOMIA DA VONTADE E RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA

Para o filósofo alemão Immanuel Kant em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* a lei moral é representada pelo imperativo categórico. É dever do indivíduo agir conforme uma lei moral que é formulada pela própria razão humana, a vontade autônoma.

Em conformidade com Kant (1997, p. 35):

Pode tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal? Se não podes, então debes refeitá-la, e não por causa de qualquer prejuízo que dela pudesse resultar para ti ou para os outros, mas porque ela não pode caber como princípio numa possível legislação universal. A razão exige-me respeito por uma tal legislação, da qual em verdade presentemente não vejo em que se funde (problema que o filósofo pode investigar), mas de que pelo menos compreendo que é uma apreciação do valor que de longe ultrapassa o de tudo aquilo que a inclinação louva, e que a necessidade das minhas acções por puro respeito à lei prática é o que constitui o dever, perante o qual tem de ceder qualquer outro motivo, porque ele é a condição de uma vontade boa em si, cujo valor é superior a tudo.

Ele é exposto em três formulações: 1ª) como lei universal, ou seja, tudo o que o sujeito desejar fazer só pode ser considerado moral se for possível assumir o carácter universal da ação. 2ª) Tomando os seres humanos como um fim em si mesmo: as pessoas devem ser respeitadas por fazerem parte da humanidade e jamais podem ser enxergadas como objetos ou desumanizadas. 3ª) A vontade capaz de agir moralmente é autônoma por obedecer a um dever imposto a si mesma, que não vem do exterior, ou seja, de outra vontade. A vontade moral por ser livre não presta obediência a nenhuma liderança, não admite se conformar com a condição de mentalidade de rebanho vinculada à chamada vontade heterônoma.

Segundo Kant (1999, p. 45):

A *autonomia* da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres a elas conformes; pelo contrário, toda a *heteronomia* do livre arbítrio não só não funda nenhuma obrigação, mas opõe-se antes ao princípio da mesma e à moralidade da vontade. Com efeito, na independência a respeito de toda a matéria da lei (isto é, de um objeto desejado) e, ao mesmo tempo, na determinação do livre arbítrio pela simples forma legisladora universal, de que uma máxima deve ser

capaz, é que consiste o princípio único da moralidade. Mas essa *independência* é a *liberdade* em sentido *negativo*, e esta *legislação própria* da razão pura e, como tal, prática é a liberdade em sentido *positivo*. Por conseguinte, a lei moral nada mais exprime do que a *autonomia* da razão pura prática, isto é da liberdade e esta é mesmo a condição formal de todas as máximas, sob a qual unicamente elas podem harmonizar-se com a lei prática suprema.

A vontade autônoma é livre porque surge do próprio sujeito através da sua racionalidade, que calcula quais as possibilidades de uma lei ser considerada moral baseada no princípio da universalidade, ou seja, no cálculo das consequências de uma ação que possa vir a ter validade universal.

Já no caso da heteronomia da vontade esta segue leis que não foram criadas por ela, neste caso, sempre existe um interesse envolvido e a vontade não é livre porque não criou a lei a qual vai obedecer e porque cumpre regras apenas para satisfazer os seus interesses e alcançar determinados objetivos.

Como exemplo disso é possível citar a mentira: alguém que mente para beneficiar a si mesmo não deve querer que esta ação seja considerada moral, pois a mentira faz com que as pessoas percam a confiança umas nas outras, o que acarreta consequências negativas para a vida em sociedade que necessita da credibilidade para se sustentar.

É possível estabelecer um vínculo entre a visão de Kant e a discussão de Hannah Arendt sobre o comportamento de Eichmann em seu julgamento. Este homem não agiu por dever nos moldes kantianos pelo fato de seguir uma ordem externa à sua própria vontade. É por essa razão que o que ele fez não pode ser considerado moral, pelo fato de seguir ordens, não agir por si só, apenas prestava obediência a uma lei que não era criação da própria razão.

Outra atitude dos nazistas que fere o princípio do imperativo categórico diz respeito a tratar os seres humanos como um fim em si mesmo e não como meio, ou seja, nenhuma vida humana pode ser um meio para atingir um determinado objetivo, neste caso, a vida dos judeus era um meio para atingir o objetivo maior da purificação da raça, a exaltação dos arianos. Para Kant este não é considerado um ato moral por perceber os judeus como não humanos, por essa razão as atitudes dos colaboradores do nazismo jamais poderiam ser convertidas em lei universal.

De acordo com Kant (1999, p. 103):

O homem é certamente assás santo, mas a *humanidade* deve para ele ser santa na sua pessoa. Em toda a criação, tudo o que se quiser e sobre que se tem algum poder pode também utilizar-se *simplesmente como meio*; unicamente o homem e, com ele, toda a criatura racional é *fim em si mesmo*. Ele é efetivamente o sujeito da lei moral que é santa, em virtude da autonomia da sua liberdade. Justamente por causa desta, toda a vontade, mesmo a vontade própria de cada pessoa e dirigida para si própria, está restringida à condição de um acordo com a *autonomia* do ser racional, isto é, de não a submeter a objetivo algum que não seja possível segundo uma lei que possa brotar da vontade do sujeito simplesmente como meio, mas ao mesmo tempo também como fim.

A educação moral é justamente a que leva os indivíduos a agirem de acordo com o imperativo categórico, uma educação que se preocupa em formar seres humanos menos egoístas, que não estão preocupados em fazer o bem apenas pensando nos resultados individuais. É importante formar pessoas que não obedecem a regras de forma cega, sem pensar nas consequências que essa obediência pode acarretar.

De acordo com Kant (1999) a educação moral leva as pessoas a questionar regras impostas externamente que fazem com que suas vontades não sejam livres. Faz com que elas não obedeçam às regras externas, uma educação que forma sujeitos mais responsáveis, pessoas que têm consciência de que elas sempre vão ter que responder por suas atitudes e não simplesmente dizer que fizeram alguma coisa porque um sistema maior as obrigou, mas assumir, responder pelos seus atos e não jogar essa responsabilidade nos ombros do governo ou do sistema. A educação kantiana pretende formar pessoas mais humanas dispostas a respeitar os seus semelhantes.

Para Kant (1999) além da valorização da educação moral é fundamental que o homem alcance o esclarecimento como superação da menoridade intelectual, (como alguém que necessita o tempo todo de tutores para ser orientando, guiado, uma relação de dependência). É necessário obter seu próprio conhecimento, superar a ignorância e passar a pensar por conta própria sem seguir um rebanho que segue as determinações de uma liderança.

Alguém que supera a banalidade e alcança o amadurecimento humano, se afastando da preguiça e da covardia para construir seu conhecimento, agir de acordo com sua vontade, conforme o próprio Kant (1999) diz: deve se atrever a conhecer.

O sujeito emancipado é alguém moralmente livre que conquistou a autonomia da vontade e a liberdade intelectual, caminha por si mesmo como quem cultiva o espírito aristocrático.

Nietzsche já defendia, antes mesmo dos autores já mencionados, a tese de que a modernidade emancipou o homem para o uso da razão e da técnica, para além das superstições da antiguidade e da Idade Média, no entanto foram adquiridos hábitos que impedem a construção do pensamento crítico e autônomo, uma vez que a razão moderna é meramente instrumental, usada tão somente para a compreensão das técnicas úteis à concretização da vida bem sucedida nos vários âmbitos da existência social moderna.

Obter sucesso, neste caso, é simplesmente seguir regras, protocolos e não se manter no patamar do esclarecimento e da criticidade. A qualificação do técnico em detrimento da formação de intelectuais dá espaço para a sociedade de massa que abandona o espírito aristocrático do homem que anda por si só, que valoriza os talentos, a individualidade e abre caminho para a massificação dos indivíduos como cumpridores de seus deveres, funcionários e cidadãos dóceis, eficientes, úteis e absolutamente destituídos de senso crítico, com uma vontade meramente heterônoma, seguidora de comandos externos, escravizada pela obediência ao dever que não deriva, como diria Kant, do exercício da autonomia da vontade, livre por seguir uma norma que ela determina a si mesma como um Fato da Razão.

O sujeito verdadeiramente livre obedece às exigências da razão, jamais ao simples comando de seus superiores na hierarquia militar, laboral ou social. É, antes de tudo, um legislador universal capaz de medir as consequências de suas ações, alguém que vê o outro como fim em si, jamais como meio e é capaz de reconhecer a humanidade que habita em cada indivíduo e respeitar todos os seres humanos independente de peculiaridades étnicas, econômicas ou de qualquer outra natureza. Somente uma educação moral emancipadora, capaz de libertar o homem de sua menoridade pode tornar este projeto possível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar na atualidade exige abertura para a ideia de que não é mais possível ater-se a modelos conservadores enraizados em fórmulas e moldes que

já se mostraram incapazes de lançar luz sobre a compreensão da condição humana e de sua jornada no mundo.

A teoria corrobora o pensamento de Adorno a medida que denuncia o mergulho da humanidade em um estado de reprodução de ideologias, que inviabiliza a aquisição de senso crítico e atira os indivíduos na condição de seres individualistas, consumistas para os quais tudo e todos são absolutamente descartáveis. Neste contexto, o sistema também os descarta por impedir que reflitam sobre o mundo ao seu redor, relevando-os à condição de homem-máquina dedicado ao trabalho técnico especializado, para o qual a escola o empurra e que o aliena e desumaniza.

A perda de valores antes importantes para vida social, a descartabilidade do ser humano, o rompimento dos laços, as ideologias da sociedade de consumo tem como objetivo a segregação social já que a ideologia é uma visão deturpada da realidade.

A pesquisa demonstrou que as mudanças sociais típicas da modernidade levaram ao desrespeito que reflete diretamente na forma como as pessoas vão se comportar ao longo dos anos. A sociedade ainda não alcançou um nível satisfatório de civilidade a ponto de livrar os seres humanos da violência, da barbárie e de uma experiência trágica semelhante ao Holocausto no contexto da 2ª Guerra Mundial.

Como contribuição para pensar a educação busca-se a compreensão e defesa da educação emancipadora nos moldes adornianos, a fim de promover a libertação de sua “auto- inculpável menoridade”.

É necessário formar pessoas emancipadas, capazes de exercer a ética e resgatar os valores que competem aos seres humanos. Para tanto, a educação deve ir além da mera formação de especialistas no exercício passivo de seus cargos, mas sim auxiliá-los para a obtenção de sua formação humanística.

ABSTRACT: The article sought to raise a discussion about the concepts of authors Hannah Arendt, Immanuel Kant and Theodor W Adorno, an end of action as a woman, when entering into a human state, a new kind of barbarism, destroying the thought, forcing it to paralyze while losing its overcoming

character. Adorno despised in real reality a fragmentation of the society that as part of a whole and undoing the small traces of a deformed life that succumbs to the trivial front of the everyday that still haunts like a person, even if an inhuman and tragic experience of 2) War World has passed society continues to value barbarism committing terrible atrocities, which points to the loss of memory.

KEY WORDS: Adorno. Second World War. Hannah Arendt. Banalization of Evil.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Mínima moralia**: reflexione naus dem beschadigten leben. Portugal: Arte e Comunicação - Vol. 77.

AMBROSINI, Tiago Felipe. **Educação e Emancipação humana**: uma fundamentação filosófica. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/viewFile/8640058/7617>. Acesso em: 2 jan. 2018.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Lisboa: Edições 70, 1999.